

A DISCRIMINAÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO FATOR DE EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA

Andréa Couto Moraes. MORAES, Andrea Couto. UGB/FERP
Hanaeti Granato M. Fagundes. FAGUNDES, Hanaeti Granato M. UGB/FERP
Gabriele Viana Castelane. CASTELANE, Gabriele Viana. UGB/FERP
Wagner Nery Copola – COPOLA, Wagner Nery. UGB/FERP

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação, Exclusão, Pessoa com Deficiência.

INTRODUÇÃO

A discriminação contra pessoas com deficiência configura-se como forma de exclusão e violência, limitando o desenvolvimento e comprometendo sua autonomia. Mesmo com avanços legais, os direitos desse grupo ainda são frequentemente desrespeitados, revelando uma violência velada que mantém sua vulnerabilidade social e emocional.

OBJETIVO

Analisar a discriminação contra pessoas com deficiência como fator de exclusão e violência, destacando as diferentes formas que assumem, os impactos no desenvolvimento e a necessidade de efetivação dos direitos humanos e sociais já garantidos em lei.

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada em produções acadêmicas e documentos oficiais que discutem deficiência, discriminação e violência. Foram analisados artigos científicos, legislações e a Convenção da Organização das Nações Unidas - ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada no Brasil em 2008 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). O procedimento metodológico consistiu em leitura crítica e interpretação das obras, buscando identificar como a discriminação atua como forma de violência e exclusão, agravada por fatores sociais, culturais e econômicos.

RESULTADOS

A análise mostra que a exclusão e a discriminação constituem formas de violência que atingem pessoas com deficiência em diferentes âmbitos: institucional, familiar, social e por omissão. Mesmo com avanços legais, como a Convenção da ONU (2006), persistem práticas que desrespeitam direitos, limitam a inclusão e ampliam a vulnerabilidade, sobretudo em contextos de pobreza. A estigmatização, o desconhecimento das leis e a falta de políticas efetivas agravam a exclusão e reforçam barreiras ao pleno exercício da cidadania.

CONCLUSÃO

A discriminação e a estigmatização revelam-se como violências que negam direitos e limitam a inclusão da pessoa com deficiência. É essencial a efetivação das políticas já conquistadas e a mudança de atitudes sociais, reconhecendo esse grupo como sujeito de direitos, com autonomia, respeito e dignidade.